

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			(Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	261.101	657.789
Contas a receber de clientes e outros	6	1.252.326	1.160.765
Títulos e valores mobiliários	7	5.935	4.787
Instrumentos financeiros derivativos	14	123.616	4.954
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.1	23.655	45.908
Outros tributos a recuperar	8.2	102.035	94.061
Serviços em curso		32.573	40.060
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	112.205	193.453
Outros ativos circulantes		90.549	107.222
Total do ativo circulante		2.003.995	2.308.999
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	79.827	89.942
Títulos e valores mobiliários	7	19.508	30
Instrumentos financeiros derivativos	14	133.266	208.286
Outros tributos a recuperar	8.2	39.000	42.017
Impostos e contribuições diferidos	9	168.298	212.824
Depósitos judiciais	18	131.146	110.491
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11.1	2.130.339	1.742.211
Concessão do serviço público (ativo contratual)	11.2	886.151	714.309
Outros ativos não circulantes		1.695	7.501
Direito de uso de ativos		11.686	-
Intangível	12	2.335.993	2.326.815
Total do ativo não circulante		5.936.909	5.454.426
Ativo total		7.940.904	7.763.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	641.799	588.975
Empréstimos e financiamentos	14	808.186	446.966
Debêntures	14	61.816	201.589
Passivo de arrendamento		1.992	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	4.456	7.783
Salários e encargos a pagar	15	45.368	47.166
Encargos setoriais	16	39.935	63.111
Outros tributos a recolher	17	111.490	117.591
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	40.805	565
Provisões	18	48.983	68.114
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	19.021	18.413
Outros passivos circulantes	19	178.183	144.679
Total do passivo circulante		2.002.034	1.704.952
Não circulante			
Fornecedores	13	50.112	47.254
Empréstimos e financiamentos	14	2.102.204	2.377.518
Debêntures	14	1.694.709	1.688.629
Passivo de arrendamento		10.551	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	6
Encargos setoriais	16	50.056	29.205
Provisões	18	94.662	74.919
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	147.117	160.703
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	10	107.502	31.581
Outros passivos não circulantes	19	52.905	55.188
Total do passivo não circulante		4.309.818	4.465.003
Patrimônio líquido			
Capital social	20	663.178	663.178
Reservas de capital		485.076	485.076
Reservas de lucros		368.593	356.324
Outros resultados abrangentes		37.260	43.616
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		74.945	45.276
Total do patrimônio líquido		1.629.052	1.593.470
Passivo e patrimônio líquido total		7.940.904	7.763.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
			(Reapresentado)
Receita líquida	21	6.085.487	5.616.046
Custos dos serviços		(5.059.851)	(4.749.692)
Custos com energia elétrica	22	(3.666.431)	(3.374.829)
Custos de operação	23	(653.497)	(642.254)
Custos de construção		(739.923)	(732.609)
Lucro bruto		1.025.636	866.354
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6	(124.724)	(106.907)
Despesas com vendas	23	(71.036)	(77.184)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	23	(260.130)	(231.366)
Lucro operacional		569.746	450.897
Resultado financeiro	24	(337.488)	(286.562)
Receitas financeiras		784.096	1.137.216
Despesas financeiras		(1.121.584)	(1.423.778)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		232.258	164.335
Imposto de renda e contribuição social	9	(50.936)	(52.431)
Corrente		(3.135)	(122)
Diferido		(47.801)	(52.309)
Lucro líquido do exercício		181.322	111.904
Lucro básico e diluído por ação do capital em – R\$:			
Ordinária		2,4278	1,4983
Preferencial A		2,4278	1,4983
Preferencial B		2,6705	1,6481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	181.322	111.904
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho (perda) na remensuração dos planos de benefícios pós-emprego	(16.424)	14.874
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	5.584	(5.057)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(10.840)	9.817
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho líquido em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	6.794	1.150
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(2.310)	(391)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	4.484	759
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(6.356)	10.576
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	174.966	122.480
Atribuível a:		
Acionistas controladores	156.788	109.755
Acionistas não controladores	18.178	12.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros					Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados		
Saldos em 01 de janeiro de 2018	663.178	30.077	454.999	287.795	68.267	-	33.040	-	-	1.537.356
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	(53)	-	-	-	-	-	(53)
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(16.107)	-	(16.107)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	111.904	-	111.904
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuarias, líquidos	-	-	-	-	-	-	9.817	-	-	9.817
Efeito <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	759	-	-	759
Destinação:										
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	315	-	-	-	(315)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(50.206)	-	(50.206)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(45.276)	45.276	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	663.178	30.077	454.999	288.057	68.267	-	43.616	-	45.276	1.593.470
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	181.322	-	181.322
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.276)	(45.276)
Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	9	-	-	-	9
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuarias, líquidos	-	-	-	-	-	-	(10.840)	-	-	(10.840)
Efeito <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	4.484	-	-	4.484
Destinação:										
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	12.260	-	-	-	(12.260)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(94.117)	-	(94.117)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(74.945)	74.945	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	663.178	30.077	454.999	300.317	68.267	9	37.260	-	74.945	1.629.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	181.322	111.904
Ajustes para:		
Amortização (*)	266.607	235.684
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(149.162)	(105.260)
Imposto de renda e contribuição social	50.936	52.309
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	288.779	267.557
Valor de reposição estimado da concessão	(69.968)	(55.940)
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis, financeiros indenizáveis e contratuais	26.304	27.366
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	39.040	55.019
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	125.707	106.907
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	14.280	19.561
Atualização das provisões para contingências	24.590	26.316
Atualização de títulos e valores mobiliários	(1.436)	(373)
Outras atualizações de receitas e despesas, líquidas	1.474	4.433
Juros incorridos passivo de arrendamento	1.447	-
	799.920	745.483
Variações em:		
Contas a receber de clientes e outros	(207.153)	(217.972)
IR e CSLL a recuperar	31.209	(27.739)
Outros tributos a recuperar	(4.617)	65.739
Depósitos judiciais	(18.285)	(15.399)
Despesas pagas antecipadamente	14.959	(20.905)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	306.331	189.185
Benefício pós-emprego e outros benefícios	-	150
Outros ativos	(13.632)	(34.153)
	108.812	(61.094)
Fornecedores	55.682	(240.070)
Salários e encargos a pagar	(1.798)	(35.756)
Encargos setoriais	(6.169)	(18.340)
Outros tributos a recolher	(22.851)	(98.201)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	-	(70.130)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(43.682)	(45.089)
Indenizações e contingências pagas	(63.018)	(77.825)
Outros passivos	31.221	1.071
	(50.615)	(584.340)
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(281.653)	(171.078)
Pagamento de juros - arrendamentos	(1.447)	-
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(6.658)	(4.748)
	568.359	(75.777)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		
Concessão serviço Público (ativo contratual)	(739.603)	(746.689)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(29.150)	(7.308)
Resgate de títulos e valores mobiliários	9.960	2.922
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(758.793)	(751.075)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	454.860	800.481
Captação de debêntures	500.000	1.100.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos e swap	(421.884)	(468.829)
Amortização do principal de debêntures	(653.455)	(153.440)
Pagamentos de custos de captação	(4.931)	(24.180)
Depósitos em garantias	(1.911)	(15.799)
Obrigações especiais	9.223	13.389
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(85.528)	(107.317)
Pagamento de principal - arrendamentos	(2.628)	-
	(206.254)	1.144.305
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(396.688)	317.453
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	657.789	340.336
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	261.101	657.789
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(396.688)	317.453

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	8.990.186	8.442.261
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	<u>(124.724)</u>	<u>(106.907)</u>
	8.865.462	8.335.354
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (3.579.044)	(3.309.415)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*) (474.407)	(433.882)
Matérias-primas consumidas	(*) (6.089)	(1.085)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) <u>(1.186.198)</u>	<u>(1.187.696)</u>
	(5.245.738)	(4.932.078)
Valor adicionado bruto	3.619.724	3.403.276
Amortização	(*) <u>(266.607)</u>	<u>(235.684)</u>
Valor adicionado líquido	3.353.117	3.167.592
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) <u>789.718</u>	<u>1.144.352</u>
Valor adicionado total a distribuir	4.142.835	4.311.944
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	133.722	105.603
Encargos sociais (exceto INSS)	22.230	23.364
Auxílio alimentação	25.455	22.564
Previdência privada e outros benefícios	18.937	10.272
Despesas com desligamento	4.770	21.529
Férias e 13º salário	27.419	29.551
Plano de saúde	23.911	27.716
Participação nos resultados	17.168	23.564
Administradores	2.876	2.647
(-) Transferência para ordens	(48.003)	(50.285)
Outros	2.532	5.727
Subtotal	231.017	222.252
Impostos, taxas e contribuições		
INSS	35.820	34.316
ICMS	1.719.258	1.619.054
PIS/COFINS	367.389	350.488
Imposto de renda e contribuição social	50.936	52.431
Obrigações intra-setoriais	427.937	488.383
Outros	6.687	6.362
Subtotal	2.608.027	2.551.034
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias e cambiais	1.121.584	1.423.778
Aluguéis	(*) <u>885</u>	<u>2.976</u>
Subtotal	1.122.469	1.426.754
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	94.117	50.206
Dividendos propostos	74.945	45.276
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	12.260	315
Adoção inicial CPC 48	-	16.107
Subtotal	181.322	111.904
Valor adicionado total distribuído	4.142.835	4.311.944

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S/A (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2030.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio em vigor na data da transação. Subseqüentemente, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras na demonstração do resultado.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 27 (estimativa de valor justo).

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas detalhados na nota explicativa 2.5. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota 21a e 21d, respectivamente);
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 21b);
- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (Nota 9);
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas 11 e 12);
- (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6);
- (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos (Nota 27);
- (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (Nota 18);
- (viii) reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros (Nota 10); e
- (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões (Nota 29).

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

(iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

Transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como *hedge accounting*.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa tem seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

b) Contrato de concessão de serviços públicos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Celpe regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e estabelecem que:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato, que fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

- (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica são classificados como ativo de contrato;
- (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;
- (iii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Dessa forma, a norma requer que todos os bens que integrem a infraestrutura de distribuição de energia elétrica, classificados como ativo de contrato, devam ser bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.

Os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos também integram o custo de construção, em ambas situações.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão (Intangível);
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa (Ativo Financeiro).

c) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Receita de fornecimento de energia”, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas.

d) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

e) **Impairment de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação a qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

f) **Benefícios a empregados**

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“Tributos sobre o lucro”)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o último faturamento anterior à data do balanço.

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma:

- (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (ii) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e
- (iii) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE, a prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema).

j) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 – *Leases*, que substituiu o IAS 17 – *Leases*.

Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a vencer, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos da Companhia.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes e isenções:

- Taxa incremental de captação de empréstimos e financiamentos;
- Não mensuração de arrendamentos de curto prazo;
- Não mensuração para itens de baixo custo, cujo o valor justo do ativo identificado é inferior a US\$ 5 mil;
- Método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores.

A adoção da IFRS 16 não gerou impactos relevantes nas operações da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com os indicadores estabelecidos nos acordos contratuais (*covenants*). Em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia reconheceu os itens demonstrados a seguir:

	Saldos em 1º de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	16.968	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	16.968

(ii) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, divulgados em 14 de fevereiro de 2019.

As mudanças efetuadas não impactam o patrimônio líquido, o lucro líquido do exercício, a demonstração de resultados abrangentes, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado.

3.1. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

<u>Ativo</u>	<u>Ref.</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reapresentações</u>	<u>Reapresentado</u>
Total do ativo circulante		2.308.999	-	2.308.999
Ativo não circulante				
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(a)	-	714.309	714.309
Intangível	(a)	3.041.124	(714.309)	2.326.815
Demais ativos não circulantes não afetados		2.413.302	-	2.413.302
Total do ativo não circulante		5.454.426	-	5.454.426
Total do ativo		7.763.425	-	7.763.425

(a) Os ativos da infraestrutura da concessão durante o período de construção, anteriormente classificados como intangível em curso, passam a ser classificados como ativos de contrato, conforme IFRS 15 / CPC 47. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.2. Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018

	<u>Ref.</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reapresentações</u>	<u>Reapresentado</u>
Receita líquida		5.616.046	-	5.616.046
Custos dos serviços		(4.749.692)	-	(4.749.692)
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(a)	-	(106.907)	(106.907)
Despesas com vendas	(a)	(184.091)	106.907	(77.184)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas		(231.366)	-	(231.366)
Resultado financeiro		(286.562)	-	(286.562)
Imposto de renda e contribuição social		(52.431)	-	(52.431)
Lucro líquido do exercício		111.904	-	111.904

(a) Reapresentação da provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado na rubrica de despesas com venda, no montante de R\$ 106.907 para uma nova abertura na demonstração dos resultados. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

(i) Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

No ano de 2019, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir. Assim temos: (i) de janeiro a maio, valores conforme a REH nº 2.392/2018; (ii) de junho a outubro, adicionais sob a égide da REH nº 2.551/2019; e (iii) a partir de novembro novos valores conforme REH nº 2.628/2019.

Patamar	Até maio/2019	A partir de	A partir de novembro/2019
	REH nº 2.392/2018	REH nº 2.551/2019	REH nº 2.628/2019
	R\$/MWh	R\$/MWh	R\$/MWh
Verde	0,00	0,00	0,00
Amarela	10,00	15,00	13,43
Vermelho 1	30,00	40,00	41,69
Vermelho 2	50,00	60,00	62,43

Nos exercícios de 2019 e 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da Bandeira	
	2019	2018
Jan	Verde	Verde
Fev	Verde	Verde
Mar	Verde	Verde
Abr	Verde	Verde
Mai	Amarela	Amarela
Jun	Verde	Vermelha Patamar 2
Jul	Amarela	Vermelha Patamar 2
Ago	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Set	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Out	Amarela	Vermelha Patamar 2
Nov	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dez	Amarela	Verde

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 170.038 (R\$ 237.782 em 31 de dezembro de 2018) de bandeira tarifária, e recebeu o montante de R\$ 26.834 (R\$ 182 repassados em 31 de dezembro de 2018) através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, decorrente da apuração do *superávit* da Conta Bandeiras, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme procedimentos definidos pela ANEEL através do PRORET, regulamentada pela REN nº 826/2018.

(ii) Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada).

O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

Em 4 de abril de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.744/2019 que alterou novamente o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de modo a retornar à situação anterior, assim os consumidores atendidos em baixa tensão, como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada, voltam a ter o desconto sobre a tarifa da classe rural na baixa tensão.

(iii) Nível contratual

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

Alguns fatores que fogem do controle da distribuidora e que impactam seu nível contratual são reconhecidos pelo órgão regulador como sobras involuntárias, garantindo assim seu repasse tarifário como ocorre, por exemplo, com as sobras involuntárias decorrentes da migração de clientes cativos para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantidas pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

Ao longo de 2019 a Companhia utilizou-se dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, envidando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

(iv) Reajuste Tarifário Anual – IRT 2019

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.535 de 23 de abril de 2019, na 13ª reunião pública ordinária de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 29 de abril de 2019. O reajuste tarifário traz um efeito médio para os consumidores de 5,04% para Companhia, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 3,76% para Companhia, enquanto para os da baixa tensão, ficou 5,56% para Companhia.

(v) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidroenergéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária do exercício de 2015. Sendo assim, através da Resolução Homologatória nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 32.191 por mês, estabelecendo o repasse à CCEE no período de abril de 2015 até março de 2021. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que atualiza para a Companhia o valor de incremento na tarifa para R\$ 24.720 por mês, com vigência de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 32.191 com vigência de abril de 2018 a março de 2020. Em 20 de março de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.521, autorizando a antecipação do final do pagamento da CDE – CONTA ACR, tendo em vista que a reserva financeira do fundo foi suficiente para antecipar o pagamento de algumas parcelas. Dessa forma, as distribuidoras somente realizaram o pagamento até agosto de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 176.719 (R\$ 249.699, em 31 de dezembro de 2018).

(vi) Resolução Normativa nº 824/2018 – Mecanismo de Venda de Excedente

A Resolução nº 824/2018 regulamentou a venda de excedentes de energia elétrica pelas distribuidoras, estabelecida no parágrafo 13 do artigo 4º da Lei 9.074/1995. Essa venda ocorre através do Mecanismo de Venda de Excedente – MVE, no Ambiente de Contratação Livre – ACL, de forma centralizada no âmbito da CCEE, e é de participação facultativa pelas distribuidoras. Como compradores, podem participar geradores, autoprodutores, comercializadores, consumidores livres e consumidores especiais.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Para essa venda, é elegível a energia decorrente de sobrecontratação contratual da distribuidora, limitada a 15% de sua carga. Caso essa venda envolva montante de energia dentro da faixa de repasse tarifário, há a previsão de um componente financeiro, que visa compartilhar na tarifa dos consumidores cativos os eventuais ganhos com essa venda ou ressarcir-los de eventual perda financeira, a depender do PLD realizado no exercício.

A companhia participou deste novo mecanismo de gestão portfólio, no qual ela define o preço de venda e o montante que será ofertado no mecanismo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Ref.	2019	2018
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	72.059	42.821
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	52.572	90.669
Fundos de investimentos (a)	136.470	524.299
Total de caixa e equivalentes de caixa	261.101	657.789

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(a) Fundos de investimentos de caixa e equivalentes de caixa:

Carteira	2019	2018
BB TOP Curto Prazo		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	-	128.378
Títulos públicos	-	5.349
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	21.696	127
BB Polo 28 FI Renda Fixa	21.696	133.854
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife	34.362	193.576
Itaú Curto Prazo		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	38.920	21.914
Títulos públicos	-	54.107
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	5.060	-
Itaú Salvador Renda Fixa Curto Prazo FI	43.980	76.021
Santander Natal Renda Fixa Curto Prazo DE FI	36.432	120.848
Total – fundos exclusivos	136.470	524.299

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2019	2018
Consumidores	(a)	1.581.992	1.452.584
Terceiros		1.581.990	1.452.584
Partes relacionadas		2	-
Títulos a receber		9.368	9.620
Comercialização de energia na CCEE	(b)	49.827	42.934
Disponibilização do sistema de distribuição		55.449	54.823
Terceiros		55.257	54.823
Partes relacionadas		192	-
Serviços prestados a terceiros		1.969	1.752
Serviços taxados e administrativos		12.874	14.742
Subvenções/subsídios governamentais	(c)	45.197	55.442
Outros créditos de terceiros		62.615	67.947
(-)Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(d)	(487.138)	(449.137)
Total		1.332.153	1.250.707
Circulante		1.252.326	1.160.765
Não circulante		79.827	89.942

(a) Consumidores

	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total		PPECLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2019	2018	2019	2018
Setor privado							
Residencial	139.690	166.669	309.956	616.315	561.320	(273.314)	(249.507)
Industrial	37.686	12.338	66.793	116.817	116.149	(52.861)	(50.273)
Comercial	131.829	47.719	71.140	250.688	230.233	(52.243)	(46.625)
Rural	21.673	15.833	62.860	100.366	95.874	(42.695)	(51.207)
	330.878	242.559	510.749	1.084.186	1.003.576	(421.113)	(397.612)
Setor público							
Federal	8.991	439	698	10.128	10.203	(630)	(639)
Estadual	15.087	6.912	5.452	27.451	41.676	(2.592)	(1.263)
Municipal	45.233	14.887	39.696	99.816	86.050	(16.809)	(10.925)
	69.311	22.238	45.846	137.395	137.929	(20.031)	(12.827)
Iluminação pública	22.026	25.609	62.207	109.842	84.171	(16.556)	(9.248)
Serviço público	43.507	2.895	21.536	67.938	57.122	(8.932)	(10.538)
Fornecimento não faturado	182.631	-	-	182.631	169.786	(2.116)	(2.076)
Total	648.353	293.301	640.338	1.581.992	1.452.584	(468.748)	(432.301)
Circulante				1.542.389	1.407.051	(468.748)	(432.301)
Não circulante				39.603	45.533	-	-

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multas calculados *pró-rata temporis*.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 26.263 (R\$ 26.263 em 2018), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Não existe provisão sobre esse valor por entender que não há risco de não recebimento.

(c) Subvenções/subsídios governamentais

(i) Baixa renda – tarifa social:

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212/10 e nº 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 36.100 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2019 (R\$ 34.103 em 31 de dezembro de 2018).

(ii) CDE:

Em 23 de abril de 2019, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.535/2019, aprovando o valor mensal de R\$ 15.769 a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante o período de abril de 2019 a março de 2020.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 9.097 (R\$ 21.339 em 31 de dezembro de 2018).

(d) PPECLD

	<u>Consumidores</u>	<u>Outros créditos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	(489.491)	(15.498)	(504.989)
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	(19.173)	(5.232)	(24.405)
Adições	(254.578)	(894)	(255.472)
Reversões	142.179	4.788	146.967
Baixa para perdas (incobráveis)	188.762	-	188.762
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(432.301)	(16.836)	(449.137)
Adições	(285.934)	(6.743)	(292.677)
Reversões	161.781	5.189	166.970
Baixa para perdas (incobráveis)	87.706	-	87.706
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(468.748)	(18.390)	(487.138)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Ref.	Tipo de Aplicação	2019	2018
Aplicações Financeiras				
Banco Votorantim		CDB	29	29
Banco Santander		CDB	27	30
			56	59
Aplicações Financeiras Vinculadas	(a)			
Banco Santander		Fundo	5.879	4.728
Banco Bradesco		LFT	30	30
Banco do Nordeste		Fundo	19.478	-
			25.387	4.758
Total			25.443	4.817
Circulante			5.935	4.787
Não circulante			19.508	30

(a) Referem-se, basicamente, a contas reservas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2019, as garantias estavam 100% constituídas.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

8.1 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2019	2018
Imposto de Renda (IR) corrente	13.901	22.305
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente	9.754	23.603
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	23.655	45.908

8.2 Outros tributos a recuperar

	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	101.815	106.994
Programa de Integração Social – PIS	4.041	2.329
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	24.945	16.877
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	2.965	2.878
Imposto sobre Serviços – ISS	81	151
Outros	7.188	6.849
Outros tributos a recuperar	141.035	136.078
Circulante	102.035	94.061
Não circulante	39.000	42.017

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferido	(a)	81.084	112.538
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	(b)	87.214	100.286
Total ativo		168.298	212.824

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Prejuízo fiscal	189.909	175.169	189.909	189.909
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total do prejuízo fiscal	47.477	15.765	47.477	17.092
Ativo				
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	126.008	126.008	116.025	116.025
Provisão para contingências	143.645	143.645	143.033	143.033
Provisão PLR	10.245	10.245	15.640	15.640
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	81.676	81.676	85.132	85.132
Perda CCEE/Energia Livre	24.083	24.083	21.224	21.224
Ajuste da quota anual de amortização	27.902	27.902	23.265	23.265
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	11.643	11.643
Déficit plano previdenciário	168.020	168.020	181.061	181.061
Outros	26.375	26.375	16.589	16.589
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	607.954	607.954	613.612	613.612
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(3.739)	(3.739)	-	-
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(344.299)	(344.299)	(274.331)	(274.331)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(183.981)	(183.981)	(171.426)	(171.426)
Custo de captação	(23.458)	(23.458)	(26.770)	(26.770)
Total Diferenças Temporárias - PASSIVO	(555.477)	(555.477)	(472.527)	(472.527)
Total Diferenças Temporárias - LÍQUIDO	52.477	52.477	141.085	141.085
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	13.119	4.723	35.271	12.698
Subtotal	60.596	20.488	82.748	29.790
Total do imposto diferido		81.084		112.538

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

A Companhia anualmente realiza análises técnicas de viabilidade econômica. As análises realizadas indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

A expectativa de realização dos tributos diferidos está demonstrado a seguir:

<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Total</u>
33.004	28.527	19.553	81.084

A seguir é apresentada reconciliação da receita/(despesa) dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	232.258	232.258	164.335	164.335
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	58.065	20.903	41.084	14.790
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo:	(23.891)	(4.179)	(2.710)	(853)
Diferenças permanentes	(11.608)	(4.179)	(2.395)	(853)
Incentivos fiscais e outros	(12.283)	-	(315)	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	34.174	16.724	38.374	13.937
Outros	137	(99)	88	32
Imposto de renda e contribuição social no resultado	34.311	16.625	38.462	13.969
Corrente	138	2.997	-	122
Recolhidos e Pagos	553	6.105	611	4.137
Compensados e deduzidos	-	-	2	200
Impostos antecipados a recuperar	(415)	(3.108)	(613)	(4.215)
Diferido	34.173	13.628	38.462	13.847
Imposto de renda e contribuição do exercício	34.311	16.625	38.462	13.969
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	14,77%	7,16%	23,40%	8,50%

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Corrente	(3.135)	(122)
Diferido	(34.729)	(38.681)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(13.072)	(13.628)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(50.936)	(52.431)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

(b) Benefício Fiscal – mais-valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL).

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais-valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Ágio - incorporado	1.494.454
Provisão constituída	(986.340)
Benefício fiscal	508.114
Amortização acumulada	(1.199.492)
Reversão acumulada	791.664
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.286
Amortização	(38.452)
Reversão	25.380
Saldos em 31 de dezembro de 2019	87.214

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>	<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>	<u>Ano</u>	<u>Fatores</u>
2020	0,02335	2023	0,02045	2026	0,01690
2021	0,02238	2024	0,01860	2027	0,01609
2022	0,02140	2025	0,01773	2028	0,01476

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

10. VALORES A COMPENSAR/(REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrada a seguir:

		2019						
		Circulante			Não circulante			
Ref.		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total líquido
CVA								
	Energia	315.566	-	315.566	54.522	-	54.522	370.088
	Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(113.544)	(113.544)	-	(31.953)	(31.953)	(145.497)
	TUST	27.406	-	27.406	11.919	-	11.919	39.325
	Neutralidade dos encargos setoriais	353	(8.556)	(8.203)	177	(1.526)	(1.349)	(9.552)
	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19.671	-	19.671	7.842	-	7.842	27.513
	Outras CVA's	1.760	-	1.760	-	-	-	1.760
Outros itens financeiros								
	Recomposição energia Termope	46.582	-	46.582	10.059	-	10.059	56.641
	Repasse de sobrecontratação	-	(100.266)	(100.266)	-	(24.338)	(24.338)	(124.604)
	Risco hidrológico	-	(86.080)	(86.080)	-	(18.904)	(18.904)	(104.984)
	Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	-	-	-	(115.642)	(115.642)	(115.642)
	Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	7.513	-	7.513	-	-	-	7.513
	Outros itens financeiros	1.810	(10)	1.800	342	-	342	2.142
		420.661	(308.456)	112.205	84.861	(192.363)	(107.502)	4.703
		2018						
		Circulante			Não circulante			
Ref.		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total líquido
CVA								
	Energia	471.246	-	471.246	93.747	-	93.747	564.993
	Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	(155.833)	(155.833)	-	(28.772)	(28.772)	(184.605)
	TUST	28.941	-	28.941	3.865	-	3.865	32.806
	Neutralidade dos encargos setoriais	8.200	(6.999)	1.201	-	(2.333)	(2.333)	(1.132)
	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6.423	(19.252)	(12.829)	2.141	-	2.141	(10.688)
	Outras CVA's	564	-	564	-	-	-	564
Outros itens financeiros								
	Recomposição energia Termope	49.288	-	49.288	10.808	-	10.808	60.096
	Repasse de sobrecontratação	-	(92.408)	(92.408)	-	(21.825)	(21.825)	(114.233)
	Risco hidrológico	-	(91.066)	(91.066)	-	(14.872)	(14.872)	(105.938)
	Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	-	-	-	(75.034)	(75.034)	(75.034)
	Ressarcimento P&D	-	(12.077)	(12.077)	-	-	-	(12.077)
	Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	2.985	-	2.985	-	-	-	2.985
	Outros itens financeiros	3.441	-	3.441	694	-	694	4.135
		571.088	(377.635)	193.453	111.255	(142.836)	(31.581)	161.872

(a) Energia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de energia e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 370.088 (R\$ 564.993 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos acima da cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(b) Encargo de Serviço do Sistema – ESS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de ESS e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 145.497 (R\$ 184.605 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos abaixo da cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

(c) Repasse de sobrecontratação

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de sobrecontratação no valor total de R\$ 124.604 (R\$ 114.233 em 31 de dezembro de 2018), de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(d) Risco hidrológico

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém um componente financeiro de risco hidrológico passivo no valor total atualizado de R\$ 104.984 (R\$ 105.938 de componente financeiro passivo em 31 de dezembro de 2018), decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017, e da amortização do saldo homologado pela ANEEL nos processos tarifários em 2018 e 2019.

(e) Ultrapassagem de demanda/excedente reativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de ultrapassagem de demanda/excedente de reativo e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 115.642 (R\$ 75.034 de 31 de dezembro de 2018), em conformidade com o Submódulo 2.7 do PRORET.

(f) Compensação referente acordos bilaterais de CCEAR

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de compensação referente acordos bilaterais de CCEAR e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 7.513 (R\$ 2.985 de 31 de dezembro de 2018), em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 711/16.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos iniciais	161.872	175.667
Constituição ativa (passiva)	141.676	88.413
Reversão (amortização)	(306.331)	(119.055)
Remuneração financeira setorial	7.486	16.847
Saldos finais ativos (passivos)	<u>4.703</u>	<u>161.872</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

11.1 Concessão do serviço público (ativo financeiro)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos iniciais		1.742.211	1.364.297
Baixas		(2.475)	(1.670)
Amortização/reversão		3.814	-
Transferência	(a)	316.821	323.644
Atualização valor de reposição estimado da concessão	(b)	69.968	55.940
Saldos finais		<u>2.130.339</u>	<u>1.742.211</u>

(a) Transferência do ativo contratual de R\$ 312.718 (R\$ 321.474 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota 11.2 (b), em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício e transferências de R\$ 4.103 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota 12 (a), referente à remensuração de parcela de ativo financeiro e intangível.

(b) Atualização dos ativos de acordo com comportamento do índice IPCA no exercício.

O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos na Companhia.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogada a exclusivo critério do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

11.2 Concessão do serviço público (ativo contratual)

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	<u>Custo</u>	<u>Obrigações Especiais</u>	<u>Total</u>
Adoção inicial IFRS 15 / CPC 47 (transferência do ativo intangível em curso)	(a)	659.677	(29.451)	630.226
Saldos em 01 de janeiro de 2018		659.677	(29.451)	630.226
Adições		784.744	(13.389)	771.355
Baixas		(15.361)	-	(15.361)
Transferências - intangível		(373.119)	6.917	(366.202)
Transferências - ativos financeiros	(b)	(330.334)	8.860	(321.474)
Transferências - outros	(c)	15.765	-	15.765
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		741.372	(27.063)	714.309
Adições		769.191	(13.037)	756.154
Baixas		(11.203)	-	(11.203)
Transferências - intangível		(291.554)	5.133	(286.421)
Transferências - ativos financeiros	(b)	(320.372)	7.654	(312.718)
Transferências - outros	(c)	26.030	-	26.030
Saldos em 31 de dezembro de 2019		913.464	(27.313)	886.151

(a) Como consequência da adoção do IFRS 15 / CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia teve que considerar seus investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura como ativo contratual, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação, quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível. Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Financeiro Indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Esse valor foi reapresentado em 31 de dezembro de 2018, conforme nota 3.

(b) Transferência do ativo contratual para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

(c) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível da Companhia está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2019			2018
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
					(Reapresentado)
Em serviço					
Direito de uso da concessão	4,01%	5.074.107	(2.551.187)	(186.927)	2.335.993
Total		5.074.107	(2.551.187)	(186.927)	2.335.993

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	Ref.	Em serviço			
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2018		4.546.357	(2.131.260)	(207.781)	2.207.316
Baixas		(45.093)	36.244	-	(8.849)
Amortizações		-	(250.635)	14.951	(235.684)
Transferências – ativo contratual		373.119	-	(6.917)	366.202
Transferências – ativos financeiros	(a)	(2.170)	-	-	(2.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		4.872.213	(2.345.651)	(199.747)	2.326.815
Baixas		(86.130)	73.504	-	(12.626)
Amortizações		-	(278.698)	15.575	(263.123)
Transferências – ativo contratual		291.554	-	(5.133)	286.421
Transferências – ativos financeiros	(a)	(4.103)	-	-	(4.103)
Transferências – outros	(b)	573	(342)	2.378	2.609
Saldo em 31 de dezembro de 2019		5.074.107	(2.551.187)	(186.927)	2.335.993

(a) Transferência do intangível para o ativo financeiro.

(b) Referem-se às transferências de bens destinados a alienação e devolução de obrigações especiais.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, limitados ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

13. FORNECEDORES

	2019	2018
Energia elétrica	461.404	338.353
Terceiros	238.530	175.877
Partes relacionadas	222.874	162.476
Encargos de uso da rede	42.449	62.284
Terceiros	41.777	61.613
Partes relacionadas	672	671
Materiais e serviços	137.946	188.338
Terceiros	137.914	188.159
Partes relacionadas	32	179
Energia livre	50.112	47.254
Total	691.911	636.229
Circulante	641.799	588.975
Não circulante	50.112	47.254

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

a.1. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos	2019		2018	
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total (*)
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL	126.514	-	126.514	290.963
BNB	320.085	-	320.085	-
BNDES	637.172	-	637.172	644.738
CEF	15.192	-	15.192	17.794
FINEP	-	-	-	3
IBM	16.030	-	16.030	29.241
Nota promissória	389.796	-	389.796	363.231
(-) Custos de transação (**)	(5.305)	-	(5.305)	(4.613)
(-) Depósitos em garantia	(17.711)	-	(17.711)	(15.799)
Total moeda nacional	1.481.773	-	1.481.773	1.325.558
Moeda nacional - Circulante	238.509	-	238.509	326.483
Moeda nacional - Não circulante	1.243.264	-	1.243.264	999.075
Moeda estrangeira				
BANK OF AMERICA	651.071	(77.766)	573.305	578.874
BNP PARIBAS	102.045	(27.738)	74.307	76.215
ITAÚ	318.519	(61.129)	257.390	357.554
KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU – KFW	-	-	-	808
MIZUHO	81.277	-	81.277	79.241
CITIBANK	102.045	(27.738)	74.307	75.813
VOTORANTIM	-	(17.108)	(17.108)	(14.497)
SUMITOMO	101.964	(22.385)	79.579	80.667
ICBC	71.696	-	71.696	70.841
OPÇÕES	-	(466)	(466)	(728)
NON DERIVERABLE FORWARD - NDF	-	8	8	6
Total moeda estrangeira	1.428.617	(234.322)	1.194.295	1.304.794
Moeda estrangeira - Circulante	569.677	(118.717)	450.960	123.094
Moeda estrangeira - Não circulante	858.940	(115.605)	743.335	1.181.700
Total de empréstimos e financiamentos	2.910.390	(234.322)	2.676.068	2.630.352
Empréstimos e financiamentos - Circulante	808.186	(118.717)	689.469	449.577
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	2.102.204	(115.605)	1.986.599	2.180.775

(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

(**) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, conforme IFRS 9 / CPC 48.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

a.2. Debêntures

	2019			2018
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total (*)
Debêntures				
5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão	1.775.008	(18.104)	1.756.904	1.901.385
(-) Custos de transação (**)	(18.483)	-	(18.483)	(22.486)
Total de debêntures	1.756.525	(18.104)	1.738.421	1.878.899
Debêntures - Circulante	61.816	(443)	61.373	201.807
Debêntures - Não circulante	1.694.709	(17.661)	1.677.048	1.677.092
Endividamento total	4.666.915	(252.426)	4.414.489	4.509.251
Endividamento total - Circulante	870.002	(119.160)	750.842	651.384
Endividamento total - Não circulante	3.796.913	(133.266)	3.663.647	3.857.867

(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

(**) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, conforme IFRS 9 / CPC 48.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a taxa efetiva média de captação da Companhia é de 7,24% a.a. (7,90% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

b. Mutações de saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Fluxo de caixa						2019
	2018	Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação	Alterações em não caixa (*)	
Empréstimos e financiamentos	2.630.352	454.860	(421.884)	(147.999)	(3.225)	163.964	2.676.068
Debêntures	1.878.899	500.000	(653.455)	(133.654)	(1.706)	148.337	1.738.421
	Fluxo de caixa						
	2017	Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação	Alterações em não caixa (*)	2018
Empréstimos e financiamentos	2.205.883	800.481	(468.829)	(85.262)	(1.032)	179.111	2.630.352
Debêntures	930.240	1.100.000	(153.440)	(85.816)	(23.148)	111.063	1.878.899

(*) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros, variação monetária e cambial, derivativos, marcação a mercado, movimentações de depósitos em garantia e baixa dos custos de transação, referentes a dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

b.1. Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	185.918	1.148.984	246.509	624.472	2.205.883
Ingressos	26.426	124.055	-	650.000	800.481
Encargos	61.472	26.518	49.922	-	137.912
Variação monetária e cambial	2.804	10.704	35.790	163.675	212.973
Derivativos	-	-	(18.550)	(151.599)	(170.149)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	51	10.136	10.187
Transferências	310.461	(310.461)	114.984	(114.984)	-
Amortizações de principal	(183.286)	-	(285.543)	-	(468.829)
Pagamentos de custo de captação	(307)	(725)	-	-	(1.032)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(65.193)	-	(20.069)	-	(85.262)
(-) Mov. depósitos em garantia	(15.799)	-	-	-	(15.799)
(-) Custos de transação	3.987	-	-	-	3.987
Saldos em 31 de dezembro de 2018	326.483	999.075	123.094	1.181.700	2.630.352
Ingressos	4.159	450.701	-	-	454.860
Encargos	65.085	26.565	49.588	-	141.238
Variação monetária e cambial	2.821	9.001	(10.715)	58.898	60.005
Derivativos	-	-	35.908	(58.974)	(23.066)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(2.274)	(12.563)	(14.837)
Transferências	239.211	(239.211)	425.726	(425.726)	-
Amortizações de principal	(313.635)	-	(108.249)	-	(421.884)
Pagamentos de custo de captação	(347)	(2.867)	(11)	-	(3.225)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(85.880)	-	(62.119)	-	(147.999)
(-) Mov. depósitos em garantia	(1.911)	-	-	-	(1.911)
(-) Custos de transação	2.523	-	12	-	2.535
Saldos em 31 de dezembro de 2019	238.509	1.243.264	450.960	743.335	2.676.068

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor captado
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento	15/07/2029	IPCA	133.765
Financiamento	15/11/2029	IPCA	318.082
Financiamento	15/07/2029	TJLP	13
Financiamento	15/05/2023	TJLP	3.000
Total			454.860

Além do indexador mencionado acima, as captações realizadas no exercício incorreram em *spreads* estabelecidos contratualmente nas negociações realizadas com os financiadores.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

b.2. Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	189.830	740.410	930.240
Ingressos	-	1.100.000	1.100.000
Encargos	101.226	-	101.226
Variação monetária e cambial	84	6.866	6.950
Derivativos	239	(3.845)	(3.606)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	887	887
Transferências	147.864	(147.864)	-
Amortizações de principal	(153.440)	-	(153.440)
Pagamento de custo de captação	(3.786)	(19.362)	(23.148)
Pagamentos de juros	(85.816)	-	(85.816)
(-) Custos de transação	5.606	-	5.606
Saldos em 31 de dezembro de 2018	201.807	1.677.092	1.878.899
Ingressos	-	500.000	500.000
Encargos	120.680	-	120.680
Variação monetária e cambial	355	25.424	25.779
Derivativos	(431)	(2.927)	(3.358)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(492)	(492)
Transferências	520.556	(520.556)	-
Amortizações de principal	(653.455)	-	(653.455)
Pagamento de custo de captação	(213)	(1.493)	(1.706)
Pagamentos de juros	(133.654)	-	(133.654)
(-) Custos de transação	5.728	-	5.728
Saldos em 31 de dezembro de 2019	61.373	1.677.048	1.738.421

A seguir apresentamos as emissões de debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexadores</u>	<u>Valor Captado</u>
10º	15/04/2024	109,5% CDI	300.000
10º	15/04/2026	111% CDI	200.000
Total			500.000

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

c. Cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures

c.1. Empréstimos e financiamentos

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos são conforme tabela a seguir:

	2019		
	Dívida	Custos transação	Total líquido
2021	821.451	(945)	820.506
2022	711.540	(1.323)	710.217
2023	130.782	(826)	129.956
2024	71.165	(206)	70.959
2025	55.883	-	55.883
Após 2025	205.742	-	205.742
Total obrigações	1.996.563	(3.300)	1.993.263
Marcação a mercado			(6.664)
Total			1.986.599

c.2. Debêntures

O cronograma de amortização das debêntures são conforme tabela a seguir:

	2019		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2021	190.000	(611)	189.389
2022	280.250	(611)	279.639
2023	251.348	(3.307)	248.041
2024	456.348	(3.068)	453.280
2025	256.348	(3.068)	253.280
Após 2025	256.349	(3.409)	252.940
Total obrigações	1.690.643	(14.074)	1.676.569
Marcação a mercado			479
Total			1.677.048

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

d. Condições restritivas financeiras (covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e de cobertura de juros, apurados com base nas demonstrações financeiras Consolidadas da Neoenergia S.A (“Controladora”). Os principais parâmetros estão listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

e. Garantias dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantias</u>	<u>Valor de principal</u>	<u>Saldo em 2019</u>
Financiamento	3,00% a 6,00% / TJLP + 1,59% a 2,70% / IPCA + 2,74% a 4,90% / SELIC + 2,09% a 2,53%	2021 a 2029	Garantia Real / Quirografia	968.702	950.934
Debêntures Infra	IPCA + 6,0352% a 6,1827%	2022 a 2025	Quirografia	723.683	724.016
Debêntures Institucionais	108,50% a 117,30% do CDI	2023 a 2026	Quirografia	1.000.000	1.014.405
Empréstimo	111,35% a 123,20% do CDI	2020 a 2022	Quirografia	1.871.626	1.725.135
Total					<u>4.414.490</u>

15. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários	2.431	2.457
Encargos sociais	3.586	2.729
Provisões para férias e 13º salário	13.242	11.903
Encargos sobre provisões para férias e 13º salário	5.983	5.138
Provisão sobre participação nos lucros e resultados	14.214	19.579
Outros	5.912	5.360
Total	<u>45.368</u>	<u>47.166</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

16. ENCARGOS SETORIAIS

	Ref.	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	-	28.451
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	2.721	2.434
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	1.361	1.217
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(b)	33.934	25.659
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	46.631	34.095
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	513	460
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(d)	4.831	-
Total		89.991	92.316
Circulante		39.935	63.111
Não circulante		50.056	29.205

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à conta centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 4 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

17. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	48.006	65.870
Programa de Integração Social – PIS	6.681	5.212
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	30.913	23.813
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	3.242	3.576
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	1.226	1.090
Imposto sobre Serviços – ISS	316	132
Impostos e contribuições retidos na fonte	14.326	11.166
Outros	6.780	6.732
Outros tributos a recolher	111.490	117.591

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões estão compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	59.210	79.523	790	139.523
Adição	29.324	52.878	5	82.207
Reversões por ganho	(13.382)	(13.806)	-	(27.188)
Reversões por pagamentos/indenizações	(21.531)	(56.294)	-	(77.825)
Atualização	5.966	20.347	3	26.316
Saldos em 31 de dezembro de 2018	59.587	82.648	798	143.033
Adição	18.068	47.024	117	65.209
Reversões por ganho	(14.464)	(11.689)	(16)	(26.169)
Reversões por pagamentos/indenizações	(18.537)	(44.364)	(117)	(63.018)
Atualização	4.441	19.857	292	24.590
Saldos em 31 de dezembro de 2019	49.095	93.476	1.074	143.645
Circulante	18.537	30.330	116	48.983
Não circulante	30.558	63.146	958	94.662

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 208.844 (R\$ 415.933 em 31 de dezembro de 2018) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m..

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 257.913 (R\$ 287.218 em 31 de dezembro de 2018) em processos cíveis (incluindo as causas acompanhadas no juizado especial) com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m..

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.810.832 (R\$ 1.681.453 em 31 de dezembro de 2018) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

- (i) Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores micro empresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 12.715 (R\$ 12.496 em 31 de dezembro de 2018);
- (ii) Auto de infração por falta de retenção do IRRF (IRPJ) incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 37.303 (R\$ 35.675 em 31 de dezembro de 2018); e
- (iii) Autos de infração decorrentes da dedução da despesa de amortização do ágio das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que resultaram ainda em glosa de créditos apurados, já utilizados em compensações de tributos federais, totalizando o montante de R\$ 1.315.203 (R\$ 1.338.166 em 31 de dezembro de 2018).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas	74.384	63.248
Cíveis	39.537	34.905
Fiscais	17.225	12.338
Total	<u>131.146</u>	<u>110.491</u>

19. OUTROS PASSIVOS

	<u>Ref.</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Consumidores	(a)	28.079	26.185
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		17.047	13.212
Caução em garantia	(b)	161.667	132.542
Adiantamentos recebidos		5.333	4.735
Repasse a terceiros		16.080	17.470
Outros		2.882	5.723
Total		<u>231.088</u>	<u>199.867</u>
Circulante		178.183	144.679
Não circulante		52.905	55.188

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices IGPM ou CDI, conforme previsto em contrato.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 700.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663.178 (R\$ 663.178 em 31 de dezembro de 2018).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Acionistas / Qtde Ações vs R\$							Total	
	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	66.023	586.829	464	4.127	400	3.559	66.887	594.515
Outros	280	2.490	7.103	63.133	342	3.040	7.725	68.663
Total	66.303	589.319	7.567	67.260	742	6.599	74.612	663.178

* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	181.322	111.904
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	74.612	74.612
Lucro básico e diluído por ação – R\$	2,43	1,50

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 454.999, gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2019, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 420.900 (R\$ 407.828 em 31 de dezembro de 2018) e a disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 367.785 (R\$ 354.713 em 31 de dezembro de 2018).

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 12.260 (R\$ 315 em 31 de dezembro 2018) de incentivo fiscal da SUDENE.

b) Reserva legal

Em conformidade com a Lei 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constituir a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2019					
AGO de 15 de abril de 2019	Dividendos Adicionais	45.276	0,6062187	0,6062187	0,6668405
RCA de 28 de junho de 2019	Juros sobre Capital Próprio	47.000	0,6292960	0,6292960	0,6922256
RCA de 13 de dezembro de 2019	Juros sobre Capital Próprio	47.117	0,6308626	0,6308626	0,6939488
		139.393			
2018					
RCA de 28 de junho de 2018	Juros sobre Capital Próprio	50.206	0,6722220	0,6722220	0,7394442
		50.206			

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionista de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A remuneração mínima contempla os direitos dos acionistas detentores das ações preferências “Classe B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício		181.322	111.904
Incentivo fiscal SUDENE		(12.260)	(315)
Aplicação inicial CPC 48 / IFRS 9		-	(16.107)
Lucro líquido ajustado passível de distribuição		<u>169.062</u>	<u>95.482</u>
Remuneração mínima obrigatória (25%)		<u>42.266</u>	<u>23.871</u>
<u>Natureza da remuneração pagas e propostas:</u>			
Juros sobre capital próprio		94.117	50.206
Dividendos adicionais propostos	(a)	74.945	45.276
Total bruto		<u>169.062</u>	<u>95.482</u>
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*)		<u>(13.615)</u>	<u>(6.993)</u>

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

a) Dividendos adicionais propostos

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

O Conselho de Administração aprovou, na reunião de 14 de fevereiro de 2019, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2018. A Companhia destinou à proposta de distribuição de dividendo adicional, o montante de R\$ 74.945.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos iniciais	565	64.669
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	139.393	50.206
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(13.616)	(6.993)
Pagos no exercício	(85.528)	(107.317)
Prescritos	(9)	-
Saldos finais	<u>40.805</u>	<u>565</u>

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

21. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

	Ref.	2019	2018
Fornecimento de energia	(a)	3.807.131	3.733.234
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	(b)	337.731	150.648
Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE	(c)	6.000	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(d)	4.123.351	3.734.362
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(e)	(164.655)	(30.642)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		739.923	732.609
Outras receitas	(f)	140.705	122.050
Total receita bruta		8.990.186	8.442.261
(-) Deduções da receita bruta	(g)	(2.904.699)	(2.826.215)
Total receita operacional líquida		6.085.487	5.616.046

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Ref.	MWh (*)		R\$	
		2019	2018	2019	2018
Consumidores:					
Residencial		5.164.197	4.932.707	3.607.523	3.308.412
Industrial		785.335	1.080.295	471.584	600.757
Comercial		2.526.352	2.464.900	1.831.049	1.727.384
Rural		685.953	672.054	303.029	279.037
Poder público		652.437	622.333	422.045	389.789
Iluminação pública		534.922	508.613	239.305	221.697
Serviço público		641.691	606.200	266.316	242.550
Consumo próprio		18.300	13.994	-	-
Suprimento		-	-	250	20
Fornecimento não faturado		-	-	17.407	12.275
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica -					
Consumidor cativo	(1)	-	-	(3.775.460)	(3.452.600)
Subvenções à tarifa social		-	-	424.083	403.913
Total		11.009.187	10.901.096	3.807.131	3.733.234

(*) Informações não auditadas.

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE

Em 2019 iniciou um novo mecanismo com objetivo de venda de excedente de energia, onde as distribuidoras podem ofertar montante de energia a um preço que ao ser liquidado no MVE é valorado a preço de equilíbrio gerando uma receita.

(d) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de uso - consumidor livre	347.891	281.762
Receita de uso - consumidor cativo (*)	3.775.460	3.452.600
Total	<u>4.123.351</u>	<u>3.734.362</u>

(*) Vide comentários nota a (1), acima.

(e) Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CVA		
Energia	(217.322)	8.647
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	47.328	23.297
TUST	6.419	(7.242)
Neutralidade dos encargos setoriais	(7.923)	(23.511)
Outras CVA's	37.855	46.505
Outros Itens Financeiros		
Sobrecontratação	(8.325)	(30.428)
Risco hidrológico	3.120	(9.172)
Recomposição energia Termope	(5.131)	5.307
Ultrapassagem de Demanda/Excedente Reativo	(35.246)	(36.379)
Ressarcimento P&D	12.077	(12.077)
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	4.528	3.040
Outros itens financeiros	(2.035)	1.371
Total	<u>(164.655)</u>	<u>(30.642)</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

(f) Outras receitas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Renda da prestação de serviços	2.629	4.788
Arrendamentos e aluguéis	38.738	32.642
Serviço taxado	6.415	6.194
Administração de faturas de fraudes	3.142	2.997
Comissão serviços de terceiros	19.813	19.489
Valor de reposição estimado da concessão (1)	69.968	55.940
Total	<u>140.705</u>	<u>122.050</u>

(1) Conforme mencionado na nota 11.1, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

(g) Deduções da receita bruta

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições		
ICMS	(1.719.258)	(1.619.054)
PIS	(134.404)	(127.792)
COFINS	(620.080)	(588.300)
ISS	(3.020)	(2.686)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(340.211)	(444.537)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(26.513)	(24.104)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(10.605)	(9.641)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(5.303)	(4.821)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(10.605)	27.205
Encargos do Consumidor – PROINFA	(24.838)	(20.862)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(3.864)	(6.048)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica –TFSEE	(5.998)	(5.575)
Total	<u>(2.904.699)</u>	<u>(2.826.215)</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

22. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	MWh (*)		R\$	
	2019	2018	2019	2018
Energia comprada para revenda				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	7.722.685	7.025.794	(1.303.020)	(1.038.755)
Contratos bilaterais	3.416.790	3.416.400	(862.599)	(828.445)
Contratos por cotas de garantia física	3.221.161	3.252.056	(344.342)	(288.480)
Cotas das usinas Angra I e Angra II	433.329	442.472	(109.738)	(108.943)
Mercado de curto prazo	14.684	75.644	(392.325)	(94.710)
PROINFA	258.808	269.887	(89.648)	(78.193)
Ressarcimento de energia	-	-	16.745	28.440
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	341.818	328.462
Custos variáveis do MCP	-	-	(494.117)	(900.329)
Total	15.067.457	14.482.253	(3.237.226)	(2.980.953)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição				
Encargos de rede básica			(406.987)	(385.757)
Encargos de conexão			(32.332)	(24.519)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(12.379)	(12.414)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS			4.168	(37.964)
Encargos de Energia de Reserva – EER			(26.877)	26.772
(-) Créditos de PIS e COFINS			45.202	40.006
Total			(429.205)	(393.876)
Total de custos com energia elétrica			(3.666.431)	(3.374.829)

(*) Informações não auditadas.

23. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos / (despesas) / receitas	Ref.	2019			2018	
		Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(150.637)	(20.695)	(93.130)	(264.462)	(250.686)
Administradores		-	-	(3.656)	(3.656)	(3.402)
Benefício pós-emprego		-	-	1.310	1.310	(2.480)
Material		(14.173)	(251)	(19.058)	(33.482)	(33.469)
Combustível para produção de energia		(8.923)	-	-	(8.923)	(3.949)
Serviços de terceiros		(242.811)	(49.362)	(84.005)	(376.178)	(374.656)
Amortização	(b)	(221.137)	-	(35.781)	(256.918)	(227.786)
Arrendamentos e aluguéis		(591)	-	(96)	(687)	(2.803)
Tributos		(139)	-	(3.528)	(3.667)	(3.676)
Provisões líquidas – contingências		-	-	(39.040)	(39.040)	(55.019)
Outras (despesas)/receitas	(c)	(15.086)	(728)	16.854	1.040	7.122
Total custos/(despesas)/receitas		(653.497)	(71.036)	(260.130)	(984.663)	(950.804)

(Reapresentado)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

(a) Custo e despesa de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações	(133.722)	(105.603)
Encargos sociais	(57.270)	(56.925)
Auxílio alimentação	(25.455)	(22.564)
Previdência privada e outros benefícios	(18.908)	(10.272)
Rescisões	(4.770)	(21.547)
Férias e 13º salário	(27.419)	(29.551)
Plano de saúde	(23.911)	(27.716)
Participação nos lucros e resultados	(17.168)	(23.564)
Encerramento de ordem em curso	(461)	(529)
(-) Transferências para ordens	48.003	50.285
Outros	(3.381)	(2.700)
Total	(264.462)	(250.686)

(b) Amortização

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Quota de amortização no exercício	(266.607)	(235.684)
(-) Crédito PIS/COFINS	9.689	7.898
Total	(256.918)	(227.786)

(c) Outras receitas e despesas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Seguros	(2.200)	(1.992)
Doações e contribuições	(900)	(635)
Recuperação de despesa	14.717	13.099
Órgãos de classe do setor elétrico	(2.256)	(1.989)
Despesas de viagem	(6.509)	(5.858)
Consumo próprio de energia elétrica	(13.664)	(9.895)
Propaganda e publicidade	(1.081)	(1.921)
Alimentação	(586)	(489)
Encerramento de ordem	(45)	(89)
Multa contratual do consumidor	55.660	52.220
Perdas / alienação / cancelamento / desativação	(39.692)	(33.801)
Indenização danos elétricos	(1.943)	(2.922)
Outros	(461)	1.394
Total	1.040	7.122

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	24.583	32.481
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	38.881	40.722
Variações monetárias e cambiais - Dívida	318.338	531.332
Variações monetárias e cambiais - Outras	2.659	2.132
Instrumentos financeiros derivativos	375.205	494.518
Atualização depósitos judiciais	2.370	1.796
Atualização do ativo financeiro setorial	7.486	16.847
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(5.622)	(7.136)
Outras receitas financeiras	20.196	24.524
Total	<u>784.096</u>	<u>1.137.216</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívidas	(249.749)	(219.692)
Variações monetárias e cambiais - Dívida	(399.372)	(763.786)
Variações monetárias e cambiais - Outras	(14.400)	(11.995)
Instrumentos financeiros derivativos	(345.766)	(321.380)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(14.280)	(19.561)
IOF	(3.860)	(4.537)
Arrendamentos	(1.447)	-
Encargos P&D/PEE	(3.844)	(2.635)
Atualização contingências	(24.590)	(26.316)
Outras despesas financeiras	(64.276)	(53.876)
Total	<u>(1.121.584)</u>	<u>(1.423.778)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(337.488)</u>	<u>(286.562)</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Ref.	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		Vencimento
		2019	2018	2019	2018	
<u>Receita/(compra) de energia elétrica</u>						
Termopernambuco S/A	(a.1)	(166.438)	(129.598)	(1.150.145)	(1.051.268)	2024
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	(a.2)	(457)	(429)	(3.683)	(3.540)	2039
Norte Energia S.A.	(a.2)	(49.631)	(27.219)	(214.717)	(224.360)	2044
Energética Águas da Pedra	(a.2)	(2.480)	(2.331)	(20.001)	(19.211)	2040
Geração Céu Azul S.A.	(a.2)	(447)	-	(3.600)	-	2032
Lagoa 1	(a.2)	(55)	-	(490)	-	2032
Lagoa 2	(a.2)	(50)	-	(446)	-	2032
Canoas	(a.2)	(52)	-	(461)	-	2032
Caetitê 2 energia renovável S/A	(a.2)	(18)	-	(212)	-	2032
Caetitê 3 energia renovável S/A	(a.2)	(18)	-	(214)	-	2032
Calango 1 energia renovável S/A	(a.2)	(22)	-	(256)	-	2032
Calango 2 energia renovável S/A	(a.2)	(19)	-	(219)	-	2032
Calango 3 energia renovável S/A	(a.2)	(22)	-	(256)	-	2032
Calango 4 energia renovável S/A	(a.2)	(20)	-	(237)	-	2032
Calango 5 energia renovável S/A	(a.2)	(21)	-	(252)	-	2032
Mel 2 energia renovável S/A	(a.2)	(15)	-	(172)	-	2032
Arizona 1 energia renovável S/A	(a.2)	(20)	-	(231)	-	2032
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(a.2)	(3.089)	(2.899)	(25.072)	(23.892)	2044
		(222.874)	(162.476)	(1.420.664)	(1.322.271)	
<u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CCT)</u>						
Termopernambuco S/A	(b)	(41)	(38)	(485)	(459)	2030
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(c)	(46)	(40)	(388)	(365)	2030
SE Nandiba S.A.	(c)	(4)	(4)	(44)	(47)	2030
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(c)	(43)	(43)	(346)	(362)	2030
		(134)	(125)	(1.263)	(1.233)	
<u>Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)</u>						
Coelba	(d)	(346)	(546)	(4.223)	(5.037)	2030
		(346)	(546)	(4.223)	(5.037)	
<u>Fornecimento de Energia</u>						
Termopernambuco S/A	(e)	2	-	31	-	Indeterminado
		2	-	31	-	
<u>Serviços administrativos</u>						
Termopernambuco S/A	(f)	(32)	(179)	(378)	(358)	2030
CELPOS	(g)	(75.775)	(85.605)	(17.288)	(11.459)	Indeterminado
		(75.807)	(85.784)	(17.666)	(11.817)	

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

CONTROLADORES	Ref.	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		Vencimento
		2019	2018	2019	2018	
Serviços administrativos						
Neoenergia S.A.	(h)	27.911	32.352	(46.558)	(40.181)	2020
Banco do Brasil	(i)	-	-	-	(2.328)	Indeterminado
		27.911	32.352	(46.558)	(42.509)	
Dividendos e JSCP						
Neoenergia S.A.	(j)	(35.891)	(2)	-	-	-
Outros Minoritários		(4.914)	(200)	-	-	-
		(40.805)	(202)	-	-	
Empréstimos e aplicação financeira						
BB - Banco Investimento S/A	(k)	-	(157.109)	-	10.784	2021
		-	(157.109)	-	10.784	
Total		(312.053)	(373.890)	(1.490.343)	(1.372.083)	
Circulante		(255.139)	(180.117)			
Não circulante		(56.914)	(193.773)			

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:
 - a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis.
 - a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- (b) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (d) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (e) Contrato de Serviço de Operação e Manutenção (O&M) na base de conexão, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (f) Contratos de fornecimento de energia, com partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL e correção anual de acordo com reajuste de tarifas de consumo.
- (g) Saldos de planos previdenciários junto a Celpos e de contrato de reconhecimento de dívida junto a esta fundação, corrigido pelo INPC + 6% a.a.
- (h) Contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval e contrato de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (i) Contrato de serviço de arrecadação de faturas de energia. Deixou de ser parte relacionada após 01/07/2019 em função do IPO.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

- (j) Dividendos e juros sobre capital próprio.
- (k) Contratos de empréstimo, corrigidos mensalmente com base no CDI e aplicação em fundos de investimento em renda fixa (BB Polo 28). Deixou de ser parte relacionada após 01/07/2019 em função do IPO.

25.1 Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.656 (R\$ 3.402 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	4.538	2.475
Benefícios de curto prazo	(593)	1.135
Benefícios de longo prazo	(1.017)	(208)
Rescisões contratuais	728	-
Total	3.656	3.402

Os valores de benefícios de curto e longo prazo, que apresentam saldos credores nos exercícios findos em 2018 e 2019, são decorrentes de reversões de provisões constituídas em exercícios anteriores e que não tem mais expectativa de desembolso pela Companhia.

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 15 de abril de 2019, aprovou o montante de até R\$ 6.838 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante pago foi de R\$ 5.320 (R\$ 4.951 em 31 de dezembro de 2018), conforme detalhamento abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	2.038	2.543
Benefícios de curto prazo	1.312	944
Benefícios de longo prazo	1.242	1.464
Rescisões contratuais	728	-
Total	5.320	4.951

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local;

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2019, operações de *hedge* cambial para a totalidade de suas dívidas, principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) “Informações complementares sobre os instrumentos derivativos”.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) “Informações complementares sobre os instrumentos derivativos”.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém um total de aplicações no curto prazo de R\$ 261.101, sendo R\$ 136.470 em fundos exclusivos e R\$ 124.631 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente, em 31 de dezembro de 2019, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	2.910.390	3.343.785	919.015	1.011.148	849.858	162.957	93.212	307.595
Debêntures	1.756.525	2.322.958	121.524	204.663	463.059	447.678	600.781	485.253
Fornecedores	691.911	691.911	641.799	-	-	-	-	50.112
Passivos financeiros derivativos:								
Swap cambial e de taxa de juros	(251.968)	(265.022)	(114.401)	(93.091)	(57.530)	-	-	-
Non-deliverable Forwards (NDF)	8	8	8	-	-	-	-	-
Opções	(466)	(466)	(466)	-	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições de sua Política de Riscos de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Ratings de longo prazo em escala nacional(*)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
Bank of America	-	-	AAA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
MUFG	-	AAA	-
Votorantim	Aa3	AAA	-
Banco J.P. Morgan S.A.	-	AAA	-
Sumitomo	-	AAA	-
Safra	Aa1	AAA	-

(*) HSBC e Scotiabank possuem ratings apenas em escala global.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	52.572	90.669
Títulos e valores mobiliários	25.443	4.817
Contas a receber de clientes e outros	1.819.291	1.699.844
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	112.205	193.453
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	208.529	567.120
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	2.130.339	1.742.211

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-deliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Libor*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2019	2018		2019	2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativa	US\$ 139.310	US\$ 138.392	2020	561.517	550.720	
Passiva	R\$ 438.811	R\$ 437.927		(438.811)	(445.241)	
Risco de crédito				-	(105)	
Líquido				122.706	105.374	17.332

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2019	2018		2019	2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativa	US\$ 32.965	US\$ 60.665	2021	132.872	235.105	
Passiva	R\$ 103.915	R\$ 195.422		(103.915)	(199.295)	
Risco de crédito				-	263	
Líquido				28.957	36.073	(7.116)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2019	2018		2019	2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativa	US\$ 47.320	US\$ 46.878	2021	190.736	186.025	
Passiva	R\$ 153.228	R\$ 152.363		(153.228)	(156.390)	
Risco de crédito				-	(99)	
Líquido				37.508	29.536	7.972

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2019	2018		2019	2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativa	US\$ 46.731	US\$ 46.305	2021	188.359	179.169	
Passiva	R\$ 156.187	R\$ 155.588		(156.187)	(159.437)	
Risco de crédito				-	(55)	
Líquido				32.172	19.677	12.495

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

(ii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Euribor*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2019	2018		2019	2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativa	-	€ 173	-	-	797	
Passiva	-	R\$ 436		-	(404)	
Risco de crédito				-	3	
Líquido				-	396	(396)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2019	2018		2019	2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativa	€ 93.060	€ 79.641	2022	375.097	373.410	
Passiva	R\$ 362.576	R\$ 356.111		(362.576)	(371.019)	
Risco de crédito				-	(6)	
Líquido				12.521	2.385	10.136

(iii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2019	2018		2019	2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativa	R\$ 28.271	R\$ 100.668	2022	113.953	108.083	
Passiva	R\$ 95.849	R\$ 95.807		(95.849)	(96.774)	
Risco de crédito				-	(21)	
Líquido				18.104	11.288	6.816

(iv) Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

Opções	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2019	2018		2019	2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Compra de <i>call</i>	US\$ 657	US\$ 1.221	2020	466	734	
Venda de <i>put</i>				-	(5)	
Líquido				466	729	(263)

(v) Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2019	2018		2019	2018	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Termo EUR	€ 18	€ 38	2020	(8)	(7)	
Líquido				(8)	(7)	(1)

f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	4,0307	(1.068.067)	(267.017)	(534.034)
Swap ponta ativa em Dólar				1.073.484	268.371	536.742
Exposição líquida				5.417	1.354	2.708
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	4,5305	(360.550)	(90.137)	(180.275)
Swap ponta ativa em Euro				375.097	93.774	187.548
Exposição líquida				14.547	3.637	7.273
Opções - <i>Collar</i>	Dólar(\$)	Queda do Dólar	4,0306	466	(138)	(481)
Item protegido: parte de desembolsos em USD					-	-
Exposição líquida				466	(138)	(481)
NDF	Euro(€)	Queda do Euro	4,3587	(8)	(20)	(40)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR					-	-
Exposição líquida				(8)	(20)	(40)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,40%	232.196	9.664	(2.416)	(4.832)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	4,40%	(1.550.162)	(78.585)	(19.646)	(39.292)
Swap ponta passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	4,40%	(947.989)	(49.114)	(12.278)	(24.557)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	6,29%	(1.211.631)	(141.269)	(20.015)	(40.031)
Swap ponta ativa em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	6,29%	113.953	14.656	1.903	3.805
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	1,91%	(749.469)	(27.382)	(3.576)	(7.151)
Swap ponta ativa LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	1,91%	561.516	24.978	3.189	6.378
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	4,40%	(168.014)	(11.297)	(1.889)	(3.779)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,09%	(261.274)	(18.635)	(3.325)	(6.649)

27. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nível (*)	2019		2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado		1.469.801	1.469.801	1.448.977	1.448.977
Títulos e valores mobiliários		25.443	25.443	4.817	4.817
Contas a receber de clientes e outros		1.332.153	1.332.153	1.250.707	1.250.707
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		112.205	112.205	193.453	193.453
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		2.436.746	2.436.746	2.420.788	2.420.788
Caixa e equivalentes de caixa		136.470	136.470	524.299	524.299
Swap cambial	2	169.937	169.937	154.278	154.278
Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro	3	2.130.339	2.130.339	1.742.211	1.742.211
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		86.945	86.945	58.962	58.962
Opções	2	466	466	732	732
Swap de taxa de juros e cambial	2	86.479	86.479	58.230	58.230
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		4.658.536	4.711.837	3.775.685	3.784.646
Fornecedores		691.911	691.911	636.229	636.229
Empréstimos e financiamentos		2.216.842	2.218.245	1.325.558	1.329.508
Debêntures		1.642.281	1.694.179	1.782.317	1.787.328
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros		107.502	107.502	31.581	31.581
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		807.961	807.961	1.607.973	1.607.973
Empréstimos e financiamentos	2	693.548	693.548	1.498.926	1.498.926
Debêntures	2	114.244	114.244	107.901	107.901
Swap cambial	2	169	169	1.146	1.146
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		4.287	4.287	6.643	6.643
Non-deliverable forwards (NDF)	2	8	8	6	6
Opções	2	-	-	4	4
Swap de taxa de juros e cambial	2	4.279	4.279	6.633	6.633

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Concessão do serviço público

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de Nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

ii) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

Swaps cambiais e de taxas de juros

Na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, o valor presente é calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

Os ajustes ao valor justo reconhecidos no resultado, bem como as demais mutações no saldo desses ativos e passivos financeiros se encontram divulgados na nota 14.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

NDF – Non-Deliverable Forwards

A metodologia para cálculo da marcação de mercado dos contratos de futuros de câmbio do Grupo Neoenergia, é conforme a seguir:

- Para compra de futuro de moeda:

$$M. Val = Notional Curr \times [1 \div m.rate - 1 \div contr.rate] \div FDt$$

- Para venda de futuro de moeda:

$$M. Val = Notional Curr \times [1 \div contr.rate - 1 \div m.rate] \div FDt$$

Onde:

Notional Curr = *Notional* contratado em moeda estrangeira

m.rate = taxa *forward* da moeda estrangeira na data do *fixing* contratual

contr.rate = taxa a termo contratada

FDt = fator de desconto da data do vencimento até a data de apuração

Opções de moeda

Em conformidade com a política de gestão financeira da Companhia, a metodologia para precificação de contratos de opções de moeda considera o cálculo do valor de mercado dessas opções utilizando o modelo matemático-financeiro *Black & Scholes*. O valor resultante deve ser dividido entre valor intrínseco e valor no tempo, dado que cada um destes valores pode ter tratamento contábil distinto. “*Collar* de câmbio” é a combinação das opções acima, na qual a precificação é obtida somando-se o valor de cada uma.

28. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos de construção de infraestrutura são como segue:

	<u>Ref.</u>	<u>Vigência</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Após 2025</u>
Compra de Energia	(a)	De 2021 a 2030	3.176.726	3.356.606	3.551.471	3.498.607	3.708.528	22.443.044
Construção de Infraestrutura		De 2021 a 2030	652.103	709.731	718.400	843.762	909.222	5.397.396

a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

29. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina dois planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Definidos, estruturado na modalidade de Benefício Definido e Plano Misto I de Benefícios, estruturado na modalidade Contribuição Definida).

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação CELPE de Seguridade Social – CELPOS, mantenedora dos planos previdenciários: Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios– Plano CD.

O Plano BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 31 de janeiro de 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

O Plano Misto I de Benefícios – Plano CD com características de contribuição definida, contempla renda de aposentadoria programada e benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Foi implantado em 2006, com adesão de aproximadamente 22% dos participantes ativos. Por sua característica de poupança individual, não apresenta *déficit* ou *superávit* já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O Plano CD ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o Plano CD também é escopo de cálculos atuariais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 e nos anos subsequentes a Companhia pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 27.494 (R\$ 31.471 em 31 de dezembro de 2018).

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo do intangível em curso	(1.463)	(1.262)
Despesas operacionais	<u>(8.286)</u>	<u>(6.436)</u>
	<u>(9.749)</u>	<u>(7.698)</u>

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a CELPOS, no exercício de 2001, um instrumento contratual a ser amortizado até o ano de 2023, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes. No ano de 2019 foi pago à CELPOS o montante de R\$ 23.706 referente ao contrato de dívida existente.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no passivo estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	19.021	18.413	56.914	73.413
	19.021	18.413	56.914	73.413
Contribuição da patrocinadora				
Obrigações atuariais	-	-	90.203	87.290
	-	-	90.203	87.290
	19.021	18.413	147.117	160.703

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram:

Planos de benefício / Contribuição	CD	BD	
	2018	2019	2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	8,94%	7,61%	9,36%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	5,04%	5,29%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,25%	4,00%	4,25%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	4,00%	4,25%
Taxa de rotatividade esperada	8,09%	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000 masculina	AT-2000 masculina
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-Fraca	Light-Média	Light-Média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data da Aposentadoria Normal e 100% na data de elegibilidade aposentadoria normal	50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data da aposentadoria normal e 100% na data de elegibilidade aposentadoria normal

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram:

Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	BD	
	2019	2018
Valor presente das obrigações de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1.166.379	1.018.886
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	1.059.954	930.759
% de impacto na obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	5,00%	4,72%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-4,58%	-4,34%
Impacto na <i>Durantion</i> média da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	10,30	10,40
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	9,64	9,76

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria – BD	85.376	84.234	243.313	360.623	773.546

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionados aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

No ano de 2019, em decorrência da queda da taxa de juro dos títulos públicos brasileiros indexados a inflação (NTN-B), houve um aumento do passivo com benefício pós-emprego do Plano BD da CELPOS. A queda de 1.43p.p na taxa de desconto do plano foi o principal fator para o aumento do *déficit* a ser reconhecido no balanço patrimonial da empresa. Vale ressaltar que como a taxa de desconto é uma das premissas do cálculo atuarial e esse impacto foi reconhecido no resultado abrangente do exercício.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência - BD (Passivo)	(166.138)	(179.116)
	(166.138)	(179.116)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no exercício		
Benefícios de previdência - CD	-	(2.063)
Benefícios de previdência - BD	29.403	27.441
	29.403	25.378
Redimensionamentos atuariais reconhecidos no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	-	1.913
Benefícios de previdência - BD	(16.424)	12.961
	(16.424)	14.874

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar		
	CD	BD	
	2018	2019	2018
Custo do serviço passado	(3.287)	-	-
Custo do serviço corrente	(179)	1.310	986
Custo dos juros	15	(14.359)	(19.561)
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.388	42.452	46.016
Total incluído na receita/(despesa)	(2.063)	29.403	27.441

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>CD</u>	<u>BD</u>
Em 01 de janeiro de 2018	(1.457)	(955.753)
Custo do serviço passado	2.067	-
Custo do serviço corrente	(179)	986
Custo dos juros	(126)	(90.910)
Contribuições pagas pelos participantes	(58)	(2.204)
Benefício pago pelo plano	-	105.817
Premissas demográficas	(44)	-
Premissas financeiras	(7)	(40.723)
Experiência do plano	(196)	9.803
Em 31 de dezembro de 2018	-	(972.984)
Custo do serviço corrente	-	1.310
Custo dos juros	-	(87.368)
Contribuições pelos participantes	-	(1.350)
Benefícios pagos pelo plano	-	100.359
Premissas financeiras	-	(144.965)
Experiência do plano	-	(5.886)
Em 31 de dezembro de 2019	-	(1.110.884)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	<u>CD</u>	<u>BD</u>
Em 31 de dezembro de 2017	1.608	736.235
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	141	71.350
Redimensionamento atuarial	2.160	43.881
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.388	46.015
Contribuições pagas pelos participantes	58	2.204
Benefícios pagos pelo plano	-	(105.817)
Custo do serviço passado pago pelo ativo do plano	(5.355)	-
Em 31 de dezembro de 2018	-	793.868
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	-	73.009
Redimensionamento atuarial	-	134.426
Contribuições pagas pela patrocinadora	-	42.452
Contribuições pagas pelos participantes	-	1.350
Benefícios pagos pelo plano	-	(100.360)
Em 31 de dezembro de 2019	-	944.745

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>BD</u>	<u>BD</u>
Renda fixa	913.966	737.170
Renda variável	2.430	17.862
Investimentos imobiliários	28.349	38.836
Total	944.745	793.868
Renda fixa	97%	93%
Renda variável	0%	2%
Investimentos imobiliários	3%	5%
Total	100%	100%

Custos esperados do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida para o exercício 2020:

	<u>Plano BD</u>
Custo do serviço corrente	704
Custo dos juros	(100.910)
Total incluído no resultado	(100.206)

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte,

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

funeral e creche, participação no resultado, seguro de vida, licença maternidade, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 75.470 (R\$ 80.988 em 31 de dezembro de 2018).

30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Prêmio</u>
Responsabilidade civil ambiental	31.05.2019 - 31.05.2020	36.000	13
Responsabilidade civil geral - operações	08.10.2019 - 08.10.2020	8.000	850
Veículos - executivo	31.05.2019 - 31.05.2020	100% FIPE	38
Veículos - operacional	31.05.2019 - 31.05.2020	700	330
Risco operacional - subestações e usinas	31.05.2019 - 31.05.2020	835.229	965
Transporte	08.10.2019 - 08.10.2020	2.000	37
Transporte - óleo	08.10.2019 - 08.10.2020	500	6
D&O	23.08.2019 - 23.08.2020	150.000	168

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, que resultaram no aumento da proteção dos ativos com a mudança da modalidade de Riscos Nomeados para a modalidade de Riscos Operacionais (“*all risks*”).

31. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Política Socioambiental.

A Companhia capitaliza como parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2019, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e a conservação ambiental:

- Rede compacta / Linha verde - Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Os cabos elétricos protegidos evitam acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda em árvores e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

- Certificação ambiental ISO 14001:2015 - Em 2019, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da Norma ABNT NRB ISO 14001: 2015. Os processos que fazem parte do escopo do SGA são: “Serviços administrativos” (no Edifício Sede) e “Geração de Energia Termelétrica” (na Usina Tubarão, em Fernando de Noronha).

- Compensação Ambiental - A reposição florestal da CELPE obedece às normas vigentes, que estabelecem medidas compensatórias quando há necessidade de supressão e vegetação para a

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

instalação de empreendimentos. Em 2019, a distribuidora mantém o projeto de reposição florestal no município de Carpina/PE.

- Gerenciamento de Resíduos - A CELPE possui uma norma para o gerenciamento de seus resíduos, que estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final, a fim de atender à legislação vigente.

- Programa de Controle de Queimadas – A CELPE em parceria com a CHESF, IBAMA, CPRH, SINDAÇÚCAR e AFCP, promove a campanha de controle às queimadas sob linhas de subtransmissão de energia nos municípios da Zona da Mata do Estado de Pernambuco. A campanha consiste na educação ambiental para sensibilização da população, dos usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar quanto aos riscos das queimadas não controladas, que afetam as redes de transmissão e distribuição de energia e provocam interferências no fornecimento.

- Monitoramento de emissões atmosféricas – Em 2019, com foco no valor de sustentabilidade e a busca constante pela melhoria de seus processos e atendimento a requisitos legais, realizou o monitoramento de emissões atmosféricas na Usina Tubarão. Além disso, houve manutenção e substituição de equipamentos geradores da Usina Tubarão, ações que contribuem com a redução de emissões atmosféricas.

A Companhia realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018
Recursos aplicados	238.641	198.163	21.744	28.408

(*) Informações não auditadas.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 07/01/2020 foram captados junto à instituição financeira R\$ 255.594, sujeitos a variação cambial e taxa fixa de juros, para os quais foram contratados instrumentos financeiros derivativos para mitigação de risco cambial.